

A língua e sua propriedade metalinguística no trabalho de escrita escolar: a relação do escrevente com sua língua no processo de escrita

The language and its metalinguistic property in school writing: the writer's relationship with their language in the writing process

Marlete Sandra Diedrich

Doutora em Estudos da Linguagem. Bolsista Pós-doutorado CNPq. Grupo de Pesquisa NALíngua. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9177-089X>. E-mail: marlete@upf.br

Marlon Remboski de Souza

Mestrando em Letras. Bolsista Capes. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8338-5457>. E-mail: 151145@upf.br

Submetido em: 26/05/2025

Aceito em: 22/10/2025

Publicado: 10/12/2025

e-Location: 19697

Doi: 10.28998/2317-9945.202586.196-208



ISSN: 2317-9945 (On-line)
ISSN: 0103-6858 (Impressa)

Marlete Sandra Diedrich

Universidade de Passo Fundo

Marlon Remboski de Souza

Universidade de Passo Fundo

Resumo

Este artigo aborda a propriedade metalinguística da língua envolvida nos processos de escrita em sala de aula. Para tanto, a propriedade metalinguística é concebida à luz dos estudos recentes da antropologia da enunciação (Flores, 2006, 2019, 2024), a qual coloca o papel do homem falante no centro da questão. A partir das contribuições desses estudos, deslocamos a questão para tematizar a importância de, nos processos de escrita em contexto de sala de aula, a propriedade metalinguística da língua encontrar seu lugar na manifestação dos sujeitos implicados no ato enunciativo da escrita. Nossa objetivo é refletir sobre os critérios que colocam em evidência essa propriedade na relação interacional entre professor e aluno. A reflexão apresentada, de caráter bibliográfico, aponta para quatro critérios definidores da propriedade metalinguística: (1) a dupla inscrição da enunciação na escrita escolar; (2) a mobilização explícita da faculdade metalinguística na reflexão metalinguística individual inerente à língua; (3) o aspecto social da escrita revelado no processo, realizado pelo professor, de leitura, revisão e correção inicial dos textos; (4) a historicidade construída na interação mediada pela faculdade metalinguística, a qual afeta o processo de reescrita do próprio texto.

Palavras-chave: propriedade metalinguística; Antropologia da enunciação; escrita em sala de aula.

Abstract

This article addresses the metalinguistic property of language as involved in classroom writing processes. To that end, the metalinguistic property is conceived in light of recent studies in anthropology of enunciation (Flores, 2006, 2019, 2024), which place the role of the speaker at the center of the discussion. Based on the contributions of these studies, we shift the focus to highlight the importance of the metalinguistic property of language finding its place in the manifestation of the subjects implicated in the enunciative act of writing. Our aim is to reflect on the criteria that bring this property to the forefront within the interactional relationship between teacher and student. The bibliographic reflection presented identifies four defining criteria of the metalinguistic property: (1) the double inscription of enunciation in school writing; (2) the explicit mobilization of the metalinguistic faculty in the individual metalinguistic reflection inherent to language; (3) the social aspect of writing revealed through the process, done by the teacher, of reading, revising, and initial correction of texts; (4) the historicity constructed in the interaction mediated by the metalinguistic faculty, which affects the process of rewriting one's own text.

Keywords: metalinguistic property; Anthropology of enunciation; classroom writing.

PALAVRAS INICIAIS

Neste artigo, abordamos a propriedade metalinguística da língua à luz dos estudos de Flores (2006, 2019, 2024), os quais propõem uma antropologia da enunciação para pensar o papel do falante no ato de apropriação da língua. Apoiamos nos estudos do autor para tematizar a importância de, nos processos de escrita em contexto de sala de aula, a propriedade metalinguística da língua encontrar seu lugar na manifestação dos sujeitos implicados no ato enunciativo da escrita. Nosso objetivo é refletir sobre os critérios determinados que colocam em evidência essa propriedade na relação interacional entre professor e aluno. Para tanto, partimos das concepções centrais sobre homem, língua e enunciação, advindas, principalmente, dos estudos benvenistianos, para chegarmos à proposta de uma antropologia da enunciação, segundo Flores (2006, 2019, 2024). De posse desse referencial, deslocamos os fundamentos teórico-metodológicos para pensarmos a escrita à luz da faculdade metalinguística e seus princípios. Esse movimento, de caráter bibliográfico, nos permite fazer algumas considerações de caráter parcialmente conclusivo e lançar um olhar prospectivo para o fenômeno.

Temos ciência de que o tema da propriedade metalinguística não é novidade nos estudos linguísticos, muito menos em relação ao processo de escrita em sala de

aula. Destacamos, em relação a essa temática, os trabalhos realizados no Brasil, referência para muitos estudos, de Eduardo Calil, autor que se dedica a pensar a questão principalmente no escopo das situações de escrita colaborativa, conforme discutido em Calil (2020); Calil e Felipeto (2014), assim como em Silva, Felipeto, Calil (2024), entre outros. Certamente o histórico de estudos dos autores em torno do tema nos leva também a pensar no conhecimento metalinguístico como aquele que pode ser mentalmente evocado ou já está mentalizado, o que permite um maior controle das produções. Nesta reflexão, no entanto, centramos nosso olhar nas contribuições que, acreditamos, a antropologia da enunciação pode dar ao tema, o que nos leva a buscar algumas proximidades com os trabalhos já realizados no Brasil, ao mesmo tempo em que buscamos a especificidade desse olhar para a relação da faculdade metalinguística e a escrita. Tal especificidade se deve à proposição da relação entre homem, língua e enunciação, conforme buscamos apresentar em nosso raciocínio. Salientamos também que se trata de uma reflexão teórica, a qual, ao menos por ora, não tem intenção de aplicação direta na análise de dados concretos advindos dos contextos escolares, embora possa, futuramente, em alguma medida, servir a tais propósitos.

HOMEM, LÍNGUA E ENUNCIAÇÃO

Não ignoramos que o tema da propriedade metalinguística tem sido amplamente discutido nos estudos da Linguística, da Aquisição da Linguagem e da Educação. Como já afirmamos na Introdução deste artigo, no Brasil, Calil (2012) tem dado importantes passos na compreensão dessa propriedade no trabalho escolar realizado com a escrita. A partir de aspectos metodológicos bastante refinados, o pesquisador e seu grupo de pesquisa se voltam, entre outros aspectos, para relações entre alunos do Ensino Fundamental e professores, as quais constituem negociações sobre a escrita a partir da verbalização de propriedades metalinguísticas na condução da produção textual. Para Silva, Felipeto e Calil (2024, p. 132), é a Crítica Genética que permite a análise do processo da escritura, para “adivinhar, desvelar, desconstruir e reconstruir os caminhos da criação”, numa espécie de busca do status nascendi do texto produzido. Trata-se de um olhar voltado não apenas para o enunciado, enquanto

produto da escrita, mas para o processo de construção, o que aproxima esses trabalhos da concepção de enunciação anteriormente apresentada por nós neste artigo. No entanto, ao propormos a reflexão que ora apresentamos, afastamo-nos dos trabalhos do referido grupo, uma vez que não seguimos princípios advindos dos estudos da Crítica Genética, mas propomos um outro enfoque.

Sendo assim, nosso olhar se abre a outra perspectiva. Para dar conta dessa perspectiva, partimos da ideia de que a relação entre homem e linguagem encontra, na antropologia da enunciação, um campo teórico voltado à experiência de quem fala. A linguagem é tida como um acontecimento que põe em destaque o homem em sua condição de falante. É nesse sentido que a antropologia é entendida por Flores (2024, p. 200) em um “sentido amplo de ‘conhecimento do homem’, sem aplicação a um domínio qualquer”, e, por ser da enunciação, “está ligada ao dizer (ao enunciar) do falante” (Flores, 2024, p. 200). Para o autor (2024, p. 200), o interesse da antropologia da enunciação está no “fato de o falante tematizar a sua posição de falante ao tratar de fenômenos em que ele — ou qualquer outro falante — está implicado”. Desse modo, a antropologia da enunciação interessa-se por esse retorno reflexivo que o falante produz ao falar sobre como opera nele a língua, o que tem a forma de um comentário metalinguístico.

Logo, o que permite um estudo antropológico da enunciação é a faculdade metalinguística da linguagem. Essa faculdade deriva do princípio interpretante da língua, a qual é capaz de interpretar a todos os outros sistemas, sejam esses linguísticos ou não, e a si mesma (Benveniste, 2006). Gombert (1996), ao discutir a aquisição da língua, materna ou segunda, como uma combinação das habilidades linguísticas e da elaboração de conhecimentos sobre a linguagem, sublinha a existência da concepção benvenistiana acerca da metalinguagem, o que, segundo o autor, marca o uso do termo no universo dos estudos linguísticos. Segundo interpretação de Gombert (1996), Benveniste (2006), na verdade, se referia a apenas um aspecto, privilegiado, de um domínio mais amplo, o das atividades cognitivas sobre a linguagem, do qual as atividades linguísticas sobre a linguagem são, naturalmente, uma parte. Sem aprofundarmos a discussão entre o que é do domínio dos estudos linguísticos e do domínio dos estudos cognitivistas, detemo-nos, neste artigo, neste

aspecto sublinhado por Benveniste (2006). Na concepção benvenistiana, esse aspecto destaca a primazia da língua dentre os sistemas de signos:

O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas (Benveniste, 2006, p. 66).

É justamente nessa faculdade metalinguística, apontada por Benveniste e explorada por Flores (2024), que se ancora a possibilidade de um estudo antropológico da enunciação. Ao permitir que o sujeito não só fale sobre os outros sistemas, mas também sobre a própria língua, a linguagem revela uma operação interpretante que, ao passo em que torna possível o comentário sobre os efeitos do dizer, inscreve o falante no interior daquilo que enuncia.

Esse retorno reflexivo — entendido como voltar-se sobre sua própria experiência de linguagem — é o que torna o comentário metalinguístico um objeto privilegiado para a antropologia da enunciação: por meio dele, percebe-se o sujeito interpretando sua fala e, ao fazê-lo, delimitando contornos de sentido sobre si mesmo. Assim, a metalinguagem não é apenas uma ferramenta interpretativa, mas o próprio lugar onde o homem se reconhece como falante — e, por isso, como intérprete de sua própria inscrição na linguagem.

Em seus estudos antropológicos, Flores (2024, p. 200) ocupa-se do que chama de “fenômenos linguísticos”, abordando questões da aquisição da linguagem, da tradução, da afasia e da voz. Contudo, acreditamos que podemos contribuir aos estudos da antropologia da enunciação ao também analisar o fenômeno da escrita¹, principalmente aquela feita em contexto escolar. Abordaremos esse fenômeno na seção seguinte.

¹ Flores (2016), ao analisar o aspecto vocal, questiona-se acerca da materialidade da escrita: “Além disso, minha definição de materialidade significante parece excluir, em princípio, a escrita. Não haveria materialidade significante na escrita? As respostas que posso ensaiar, neste momento, circunscrevem-se à natureza vocal da linguagem humana” (Flores, 2016, p. 50). Entendemos, aqui, que não há exclusão da possibilidade de um trabalho com a escrita.

O FENÔMENO DA ESCRITA

Benveniste (2006, p. 90), ao escrever sobre o aparelho formal da enunciação, destaca a necessidade de distinguir enunciação falada da enunciação escrita: “Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”. Para melhor compreendermos essa afirmação benvenistiana, partimos do princípio de que as atividades de “falar” e “escrever” envolvem naturezas enunciativas distintas: a escrita não é simplesmente fala transcrita, uma vez que ela mobiliza outros modos de presença do sujeito e de construção do sentido.

Além disso, Benveniste (2006) afirma que a escrita opera em dois planos de enunciação simultaneamente: Em um primeiro plano, o sujeito que escreve se enuncia, ou seja, ao escrever, o sujeito marca sua presença na escrita. Esse processo pode ser feito tanto de forma direta — marcada pelo uso do pronome eu —, quanto indiretamente — por meio das escolhas linguísticas, da organização argumentativa, do estilo etc. De todo modo, ao escrever, não se pode evitar de se inscrever naquilo que se enuncia. Em um segundo plano, aquele que escreve faz os outros indivíduos se enunciarem. Isso significa que, no interior do texto escrito, o autor não enuncia somente a si, mas evoca a enunciação de outro. Pensemos, por exemplo, numa dissertação escolar, o aluno, ao escrever, atribui enunciação a outras vozes (ex: “os especialistas dizem”, “segundo a sociedade atual” etc.).

Contudo, podemos questionar: de que forma a faculdade metalinguística se manifesta nesse fenômeno da escrita? Ora, a escrita em sala de aula, nosso foco de estudo, é tudo senão um esforço colaborativo: um texto — quando finalizado e entregue — é produto do professor e do aluno. É importante pontuar que o exercício de produção de texto na escola é resultado de uma proposta voltada para o fim último do ensino-aprendizagem, ou seja, não se trata de uma produção de texto espontânea, motivada pelo uso social em esfera mais abrangente, mas um ponto específico do trabalho de ensino de língua; em última instância, uma tarefa escolar, atravessada e afetada por todas as forças que agem nesse meio e nessa esfera social.

Em um primeiro momento, o aluno, enquanto sujeito que escreve, reflete sobre a língua ao escolher como dizer. Não nos referimos aqui somente a escolhas paradigmáticas e a combinação que se faz das formas da língua. A faculdade metalinguística se expressa, por exemplo, quando o aluno revisa um trecho, reformula, hesita ou comenta sua escolha. Novamente lembramos o raciocínio dos autores, já citados, que se dedicam ao tema a partir da Genética Textual:

Não é possível aprender a escrever sem que haja reflexões metalinguísticas, pois um estudante em processo de aprendizagem ao aprender a escrever as letras maiúsculas, por exemplo, reflete onde e em quais situações é possível empregá-las corretamente (Silva, Felipeto, Calil, 2024, p. 139).

Enquanto na fala é possível perceber claramente estratégias de reformulação, como a correção; na escrita, isso é dificultado, visto que somente se apaga aquilo que precisa ser reescrito, e, nesse processo, na maioria das vezes, apagam-se também as marcas do status nascendi do texto. Contudo, não se pode negar que há um processo de reformulação: se determinada palavra ou frase não se enquadra dentro daquilo que se quer enunciar, é porque aquele que escreve analisa e comenta metalinguisticamente a materialidade escrita.

Em um segundo momento, cabe entender que, em sala de aula, a escrita não é solitária: ela é atravessada por falas, instruções, reformulações sugeridas. O professor constantemente intervém na escrita, comentando e orientando, numa espécie de que pode ser entendido como “escrita colaborativa” (Cf. Silva, Felipeto, Calil, 2024, p. 139). Em nossa reflexão, vemos uma enunciação compartilhada, em que diferentes sujeitos — alunos e professores — constroem juntos um texto, fazendo operar a faculdade metalinguística da linguagem. Os comentários que surgem são, portanto, metalinguísticos no entendimento que construímos aqui: utiliza-se da língua para comentar a materialidade do texto escrito e, ao fazê-lo, marca-se naquilo que se diz sobre o dizer do outro. A escrita em sala de aula revela-se, assim, um espaço privilegiado para observarmos como o homem comenta a sua experiência enquanto escritor. No entanto, não nos voltamos, neste artigo, a dados concretos produzidos em sala de aula que possam ser analisados. Por ora, nossa reflexão assume o caráter

de proposição teórica, buscando mobilizar a possibilidade de uma abordagem antropológico-enunciativa da escrita em um contexto escolar.

Acreditamos na importância de, num processo de escrita em sala de aula, tanto o professor quanto o aluno estarem envolvidos no exercício interpretativo da língua. Ao comentar o texto do aluno, o professor atua como um etnógrafo que busca compreender e orientar os modos pelos quais o aluno se inscreve na escrita. Por sua vez, o aluno precisa ser capaz de falar sobre sua própria escrita, refletindo sobre as escolhas feitas, os sentidos pretendidos e as formas pelas quais constrói sua presença no texto. Essa troca metalinguística, sustentada pela interação, revela não só a construção colaborativa do manuscrito, como o modo pelo qual cada sujeito se relaciona com a linguagem — uma experiência que é, ao mesmo tempo, individual e social.

A individualidade dessa experiência se manifesta no primeiro plano da enunciação escrita: o homem que escreve escolhe palavras, constrói frases, organiza argumentos — tudo isso revela seu modo singular de lidar com a linguagem. Quando revisa, reformula ou hesita, ele interpreta sua própria relação com a língua — ou seja, realiza um comentário sobre si mesmo enquanto escrevente. Esse processo reflexivo é profundamente individual.

Por sua vez, o aspecto social está, primeiramente, na troca que se faz com o outro, o professor; e, em segundo lugar, com a inscrição de outras enunciação dentro do próprio texto, o que nos leva ao segundo plano da enunciação escrita. O primeiro ponto está no fato de que a escrita acontece em um espaço social: a sala de aula atravessada por interlocuções com o professor; o segundo diz respeito ao próprio gênero da escrita escolar (por exemplo, a dissertação) trazer consigo outras enunciação.

Apesar dessa faculdade metalinguística ser inerente à língua — e, portanto, presente em todo falante —, é a relação interacional entre sujeitos o desencadeador da sua realização. Assim, em nossa reflexão, defendemos a ideia de que o processo de escrita efetivo em sala de aula envolve um planejamento pedagógico caracterizado por mecanismos em que o aspecto metalinguístico fica em evidência, destacando o papel do professor como mediador nesse processo.

CRITÉRIOS METODOLÓGICOS PARA UM TRABALHO METALINGUÍSTICO DA ESCRITA

Nesta seção, à luz da discussão anteriormente apresentada, trazemos critérios metodológicos para um trabalho metalinguístico da escrita levando em conta as reflexões teóricas apresentadas neste artigo. Entendemos que toda sala de aula é plural em seus contextos, impossíveis de serem inteiramente previstos por um único planejamento. Ainda assim, acreditamos que essas reflexões podem atravessar todas as salas de aula cujos participantes — principalmente o professor — estejam interessados em se deter sobre a prática da escrita.

Dessa forma, há determinados critérios que colocam em evidência a faculdade metalinguística no processo de escrita em sala de aula, a partir da relação interacional entre professor e aluno, visto que (1) a faculdade metalinguística é mobilizada explicitamente tanto a partir das escolhas do aluno que escreve como nas perguntas e comentários do professor acerca da produção apresentada pelo aluno; (2) a mobilização explícita da faculdade metalinguística incrementa o trabalho de reflexão metalinguística individual inerente à língua vivenciada pelo aluno no ato enunciativo de escrita; (3) o processo de leitura, revisão e correção inicial dos textos realizado pelo professor, com foco em aspectos tanto formais quanto de construção de sentido, representa o aspecto social da escrita; (4) o processo de reescrita do próprio texto, após as intervenções do professor, revela a historicidade construída na interação mediada pela faculdade metalinguística.

No critério (1), evidencia-se a dupla inscrição da enunciação na escrita escolar: o aluno se enuncia ao escrever, e o professor, ao comentar, enuncia sobre esse dizer, realizando uma atividade metalinguística. Quando o aluno faz escolhas no processo de escrita — seja ao optar por determinada palavra, estrutura ou argumento — ele interpreta e comenta, mesmo que de forma implícita, o funcionamento da língua em si. Por sua vez, o professor, ao intervir, explicita esse comentário interpretativo. Assim, a interação entre aluno e professor é atravessada pela metalinguagem, fazendo emergir sentidos não apenas sobre o que se escreve, mas sobre o modo como se

escreve. Trata-se de uma interação enunciativa na qual a linguagem se volta a si mesma (Flores, 2024).

O segundo (2) critério remete diretamente à noção de que a faculdade metalinguística é uma característica constitutiva da linguagem humana, como afirma Benveniste (2006). O ato de escrever mobiliza essa faculdade não apenas no momento da enunciação textual, mas sobretudo quando o aluno precisa refletir sobre o que escreveu. Tal reflexão é individual, pois parte de um esforço interpretativo próprio — o sujeito se vê diante de sua inscrição na linguagem e precisa compreender-se como escrevente. Para a antropologia da enunciação, essa atividade reflexiva é central: o sujeito interpreta o modo como a língua opera nele (Flores, 2024), realizando uma instância de autorreflexão linguística. Portanto, ao vivenciar o processo de escrita, o aluno participa de um acontecimento metalinguístico em que sua presença se manifesta de modo singular, reafirmando que a escrita é uma experiência individual de linguagem que implica necessariamente o reconhecimento de si como sujeito que escreve.

Em sua proposição de uma antropologia enunciativa, Flores apresenta reflexões a partir da voz do homem falante:

o efeito que a face significante produz ao ouvido. Esse efeito é uma espécie de acabamento de sentido apenas perceptível a uma orelha que devolve o que ouve sob a forma de um sentido, de algo que se poderia considerar uma narrativa. A voz e a orelha são as duas faces de um mesmo fenômeno. Portanto, a voz somente tem existência para o outro (Flores, 2016, p. 94).

Gostaríamos de propor esse mesmo olhar do autor à escrita: que efeito a face significante da palavra escrita produz naquele que lê? Ora, ao trocarmos uma palavra por outra, não estamos preocupados apenas com o sentido da palavra em si: a forma também impacta na percepção que se tem da palavra. Assim, direcionar a atenção dos alunos à palavra é, “de maneira mais evidente, uma forma ‘do uso da língua para falar da língua’ - o que, em minha opinião, garante a propriedade ‘meta’ do comentário - e, de maneira menos óbvia, uma tentativa de falar da materialidade significante da língua [...], atribuindo-lhe sentido” (Flores, 2016, p. 92).

Contudo, tal qual a voz só existe para o outro, também o texto escolar precisa do outro para ter existência efetiva. Essa concepção nos leva ao terceiro critério (3), o qual se articula à dimensão interacional e social da linguagem, evidenciada por Benveniste (2006) quando afirma que a enunciação é sempre um acontecimento entre locutores. No contexto escolar, a escrita não é uma atividade solitária, mas um processo partilhado em que o professor atua como interlocutor e coenunciador. Ao revisar e comentar um texto, ele não apenas aponta erros formais, mas contribui para a reconstrução de sentidos, interpretando o dizer do aluno e inscrevendo-se na linguagem. A antropologia da enunciação comprehende esse gesto como uma interpretação metalinguística do outro, um comentário que não busca apenas avaliar, mas compreender o modo como o aluno se inscreve na linguagem. Esse momento é, portanto, um exercício metalinguístico, no qual a presença do professor permite ao aluno reconhecer seu próprio dizer e reconfigurá-lo. É nessa intersubjetividade, mediada pela linguagem, que a escrita escolar revela sua natureza social.

O último critério (4) retoma e aprofunda os anteriores, ao destacar a dimensão processual e histórica da escrita. A reescrita não é apenas uma nova versão do texto, mas uma reconfiguração da experiência linguística do sujeito em interação com o outro. Aqui, a historicidade se manifesta justamente no modo como o aluno incorpora os comentários do professor, reinterpretando suas escolhas e reformulando seu texto — ou seja, realizando um comentário sobre o comentário. Flores (2024) mostra que esse retorno sobre o próprio dizer é constitutivo da experiência linguística do sujeito.

A reescrita, portanto, é um novo ato de inscrição, em que se atualiza a presença do aluno enquanto sujeito da linguagem, agora transformado pela interlocução. A linguagem, como atividade metalinguística, revela sua potência de reconstrução e continuidade: o sujeito que reescreve é também aquele que refaz seu lugar na língua.

CONCLUSÃO

A relação entre homem, língua e enunciação implica repensar o ensino da escrita como atividade que ultrapassa normas formais para uma que abarca dimensões subjetivas e relacionais. A escrita mantém-se atravessada pela situação enunciativa

que a origina, revelando traços de uma presença, ainda que não evidente. Em outras palavras: todo texto carrega marcas do lugar, do tempo, e do sujeito que o escreve.

Essa perspectiva enunciativa da escrita encontra continuidade na abordagem metalinguística. Tal abordagem exige considerar o aluno, enquanto sujeito que escreve, como um homem que pensa a linguagem, nela e por ela. Embora o foco esteja na experiência individual do aluno com a escrita, o encontro com o professor insere essa experiência num processo coletivo de construção de sentido. O professor, nesse meio, assume o papel de comentador da escrita do aluno: acompanha, interpreta e intervém nos modos como o sujeito interpreta metalinguisticamente seu texto. Ao ouvir o aluno e questioná-lo sobre suas escolhas linguísticas — por que usou certa palavra, como pensou a estrutura do argumento —, o professor o conduz a comentar sua própria escrita. Isso revela a realização de um segundo nível de enunciação: aquele em que o sujeito fala sobre a significância do que disse.

Aqui, a escrita é entendida como meio de reflexão sobre si mesma. Quando dizemos que ela é uma atividade metalinguística, estamos afirmando que permite ao sujeito voltar-se para a própria linguagem — refletir, revisar, comentar, reescrever. Ao realizar esse processo, o sujeito visita e revisita seu próprio dizer.

O processo de reescrita amplia a análise metalinguística: o aluno reconstrói o que foi dito, não como uma simples repetição, mas como um novo ato de linguagem que carrega a memória da enunciação anterior. Isso gera continuidade, pois o novo texto não apaga o anterior, mas dialoga com ele, reposiciona o sujeito, atualiza seu ponto de vista, suas escolhas e seu modo de dizer.

Portanto, o ensino da escrita a partir da propriedade metalinguística manifestada na enunciação dos sujeitos envolvidos envolve um deslocamento de concepção: a escrita deixa de ser vista como um produto e passa a ser vista como um processo enunciativo marcado por várias enunciações — um encontro entre o aluno, o professor e a língua, materializado no discurso que se dá a conhecer no texto escrito. Para tanto, as contribuições da perspectiva antropológica da enunciação, conforme apresentada neste artigo, podem encaminhar novas possibilidades de enfoque da questão e promover um trabalho de ensino de escrita pautado na presença do homem na língua.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, É. (1966). *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, É. (1974). *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. de Eduardo Guimarães et al. 1. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.
- CALIL, E. Rasuras orais em Madrasta e as duas irmãs: processo de escritura de uma diáde recém-alfabetizada. *Educação e Pesquisa*, vol. 38 (n.º 3), p. 589-602, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000010>. Acesso em: 20 maio 2025.
- CALIL, E.; FELIPETO, C. Rasuras orais semânticas na escritura a dois: a metaenunciação em histórias inventadas. *Revista Intersecções*, 2014, 7.13: 188.
- FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- FLORES, V. do N. O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 50, n. 5, p. s90-s95, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/23144>. Acesso em: 25 maio 2025.
- FLORES, V. do N. Da faculdade metalinguística em Benveniste à proposição de uma Antropologia da Enunciação. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 28, n. 62, p. 186–207, 2024. DOI:10.5752/P.2358-3428.2024v28n62p186-207. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/32810>. Acesso em: 25 maio 2025.
- GOMBERT, J. É. Activités métalinguistiques et acquisition d'une langue. *Acquisition et interaction en langue étrangère*, 8, p. 41-55, 1996. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aile/1224>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- SILVA, M. A. da, FELIPETO, S. C. S., CALIL, E. Metalinguagem em processo: a influência das verbalizações de termos metalinguísticos pelo professor na construção de narrativas ficcionais de alunos recém-alfabetizados. *Manuscritica: Revista De Crítica Genética*, 53, p. 130-146, 2024. <https://doi.org/10.11606/issn.2596-2477.i53p130-146>. Acesso em: 15 jul. 2025.